

Nome: _____

01 – GUARDA CIVIL MUNICIPAL – PROVA 02

PROVA ESCRITA OBJETIVA
CADERNO DE QUESTÕES

ATENÇÃO: Transcreva no espaço do seu CARTÃO-RESPOSTA, com sua caligrafia usual, a frase abaixo. **A ausência desta acarretará a eliminação do candidato.**

A injustiça que o homem comete é armadilha.

Leia atentamente as instruções abaixo e aguarde a autorização para abertura deste caderno de questões.

1. Confira o seu CADERNO DE QUESTÕES nos primeiros 30 minutos de prova. Caso haja algum erro de impressão, ausência de questão, dentre outros, a prova poderá ser substituída nesse intervalo de tempo.
2. Assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. A não assinatura incide na DESCLASSIFICAÇÃO DO CANDIDATO.
3. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 opções identificadas com as letras A, B, C, D e E. Você deve assinalar apenas uma opção em cada questão, caso contrário, ela será nula.
4. Não dobre, não amasse nem manche o CARTÃO-RESPOSTA. Ele NÃO poderá ser substituído.
5. O tempo disponível para esta prova é de **4h30min.**
6. Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.
7. Quando terminar a prova, entregue-a ao fiscal SEM FALTAR NENHUMA PÁGINA OU PARTE DELA, juntamente com o CARTÃO-RESPOSTA. Em seguida, assine a LISTA DE PRESENÇA. Caso o CADERNO DE QUESTÕES E/OU o CARTÃO-RESPOSTA estejam rasgados ou incompletos, o candidato será eliminado.
8. Você também será excluído do certame caso:
 - a) Utilize, durante a realização da prova, máquinas e/ou relógios de calcular, bem como rádios, gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie.
 - b) Ausente-se da sala em que realiza a prova levando consigo o CADERNO DE QUESTÕES e/ou CARTÃO-RESPOSTA, antes do prazo estabelecido.
 - c) Deixe de assinalar corretamente o campo no CARTÃO-RESPOSTA.
 - d) Seja um dos três últimos candidatos e deixe o local de prova sem acompanhar o fiscal à coordenação.

GABARITO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

01- GUARDA CIVIL MUNICIPAL – PROVA 02

CONHECIMENTOS GERAIS

TEXTO

ORGANIZAÇÕES DE PROSTITUTAS*

Desde meados da década de 1970, o trabalho sexual tem se mostrado como um fator de organização de base para mulheres, homens e transgêneros em diferentes partes do mundo. Mas é nas décadas de 1980 e 1990 que emergem os principais grupos e organizações dos direitos das prostitutas na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, como um movimento verdadeiramente autoidentitário destas mulheres. Não obstante, as trabalhadoras sexuais do Terceiro Mundo e de outros países não-ocidentais já estavam também ocupadas, agindo e se manifestando contra injustiças, demandando direitos humanos, civis, políticos e sociais – como no Equador em 1982; no Brasil em 1987 e no Uruguai em 1988.

No Brasil, as organizações e associações de prostitutas espalhadas pelo país se encontram, em sua grande maioria, articuladas em redes, como a Rede Brasileira de Prostitutas, de ação no âmbito nacional; e a Federação Nacional das Trabalhadoras do Sexo, cuja atuação tende a concentrar-se na região nordeste do país. Cabe mencionar que esse movimento social não tem um caráter homogêneo. As ações dos grupos organizados de prostitutas se desenvolvem em um contexto marcado por diferentes posições frente à problemática da prostituição e, no que se refere a esses grupos, eles assumem posturas diferentes em termos dos principais pontos a serem reivindicados.

As posições divergentes aparecem principalmente em relação à discussão sobre regulação/legalização da atividade. A Rede Brasileira de Prostitutas defende a regulamentação da prostituição, ou seja, aposta no reconhecimento da prostituição como profissão, em que a descriminalização em torno da atividade possa fornecer instrumentos legais capazes de combater a exploração que sofre a prostituta. A Federação Nacional das Trabalhadoras do Sexo assume uma postura de ressalva em relação à legalização, alegando que ela concederia ainda mais poder aos empresários da indústria do sexo, aumentando a vulnerabilidade das prostitutas.

Quanto à questão do tráfico, nas (poucas) ocasiões em que representantes dessas organizações participaram dos grandes debates públicos, as intervenções provocaram tensões. O motivo é que a Rede Brasileira de Prostitutas percebe a discussão sobre tráfico de pessoas como mais uma maneira, referendada pela opinião pública, de combater a prostituição. Nesse sentido, o fato de que algumas organizações de prostitutas se insiram no movimento de combate ao tráfico, estimuladas pelo apoio de agências transnacionais de financiamento, aparece como um ponto de tensão entre as trabalhadoras do sexo.

Evidencia-se que no contexto da prostituição feminina há relações marcadas por diferentes momentos de ruptura e continuidade, simultâneas, que têm impactos diversos. Por um lado, permite a criação de um sujeito coletivo com capacidade de vocalizar suas demandas, como é o caso na questão da epidemia da AIDS; e de outro continuam sendo desconsideradas, quando o assunto é a legalização da prostituição, ou tráfico de pessoas, por exemplo. O que se percebe, então, é o clima de tolerância que existe sobre a prostituição, que passa a ser melhor incluída no cenário nacional, mas não as prostitutas, alvo permanente de violência e preconceitos.

A dificuldade de dissociar tráfico e prostituição não apenas se tornou um interessante fato histórico a ser registrado, como aponta para questões mais abrangentes e pertinentes que precisam ser ainda mais exploradas, uma vez que atingem cenários e atores que são, frequentemente, ignorados, ou quando abordados, são mal interpretados. O fato é que o fenômeno do tráfico para a prostituição tem recebido muito mais atenção nas pesquisas realizadas sobre o tema do que o tráfico em outros setores. Pode-se afirmar que esse fato tampouco é novidade quando se pensa nas pesquisas realizadas no século passado.

Contudo, aponta para a dificuldade de se sustentar empiricamente a afirmação de que o tráfico é mais intimamente ligado à prostituição ou à indústria do sexo do que para qualquer outro setor econômico; pois a falta de pesquisas mais extensas sobre o tráfico para a agricultura, indústria, comércio, construção, trabalho doméstico, entre outros, além de não gerar nenhum parâmetro comparativo, só fortalece a ideia de que prostituição e tráfico são (e sempre foram) analiticamente e empiricamente associados.

Neste sentido, a (íntima) relação entre tráfico e prostituição permite e justifica um trabalho de pesquisa mais extenso que aborde a perspectiva do coletivo de prostitutas com relação a um fenômeno que se insere, de certa forma, no seu modo de vida. E que inclua na discussão a interlocução entre o tráfico para o comércio sexual com outras formas de tráfico, como o doméstico, na medida em que ambas envolvem a participação de mulheres oriundas da América Latina.

(Extraído [e atualizado conforme o Acordo Ortográfico vigente] de: Andreia Skackauskas Vaz de Mello (2009). **As organizações de prostitutas no Brasil e o tráfico internacional de pessoas**. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, páginas: 8-10).

* Este título é o mesmo da seção do artigo do qual o texto aqui exposto foi extraído.

Questão 01

Considerando os sentidos negociados no texto acima, pode-se afirmar que:

- a) A autora do texto é favorável à realização de outras pesquisas que repliquem o que ela já apresentou no artigo.
- b) A autora do texto conclui que são necessárias outras pesquisas sobre tráfico e prostituição, mas que não relacione fatores externos, como sexo biológico e nacionalidade.
- c) A autora do texto conclui que outras pesquisas devem ser feitas para que se possa entender melhor a relação entre o tráfico de pessoas e o comércio sexual, levando em conta também outros fatores, como os objetivos do tráfico e as características dos sujeitos traficados.
- d) A autora do texto discorda dos resultados das pesquisas sobre tráfico de pessoas e aponta inúmeros argumentos que os invalidam.
- e) O tráfico doméstico tem sido investigado com mais intensidade do que o tráfico de mulheres oriundas da América Latina, por exemplo.

Questão 02

Assinale a alternativa que caracteriza CORRETAMENTE o texto acima.

- a) Ao longo de todo o texto, o enunciador explica o que se entende dos termos “tráfico”, “prostituição”, “prostitutas” e “comércio sexual”. Trata-se, portanto, de um texto unicamente expositivo.
- b) Trata-se de um texto predominante dissertativo-

argumentativo, no qual o enunciador orienta o leitor sobre os modos de agir para realizar uma atividade prática, qual seja: posicionar-se a favor ou contra o objeto do discurso.

- c) Trata-se de um texto descritivo e expositivo, no qual há também uma grande parcela da tipologia narrativa, especialmente quando o enunciador enumera os fatos relativos à participação de algumas organizações em grandes debates públicos.
- d) É um texto dissertativo-argumentativo, no qual o enunciador apresenta, primeiro, um panorama da situação-problema, em seguida, expõe dados qualitativos atinentes ao objeto do discurso e, por fim, apresenta uma proposta para solucionar o problema anteriormente identificado e disposto em forma de dados.
- e) Em um primeiro momento, o enunciador discorre sobre fatos do passado, particularmente, das duas últimas décadas do século XX; em um segundo momento, relaciona-os cronologicamente a fatos do presente, construindo, assim, um enredo. Trata-se, portanto, de um texto totalmente narrativo.

Questão 03

Analise a organização morfossintática do período abaixo e, em seguida, assinale a afirmação INCORRETA.

A Federação Nacional das Trabalhadoras do Sexo assume uma postura de ressalva em relação à legalização, alegando que ela concederia ainda mais poder aos empresários da indústria do sexo, aumentando a vulnerabilidade das prostitutas.

- a) Não há termo agente da voz passiva.
- b) Há uma oração subordinada substantiva objetiva direta.
- c) O vocábulo “que” não possui função sintática.
- d) Há um termo agente da voz passiva.
- e) Não há uma oração subordinada completiva nominal.

Questão 04

Desde meados da década de 1970, o trabalho sexual tem se mostrado como um fator de organização de base para mulheres, homens e transgêneros em diferentes partes do mundo.

O trecho acima é o enunciado que introduz o elemento principal do discurso sobre o qual o enunciador discorre ao longo do texto. Assinale a

alternativa cujo enunciado apresenta, por meio de outra expressão referencial, o mesmo objeto de discurso, conforme os sentidos negociados no texto.

- Quanto à questão do tráfico, nas (poucas) ocasiões em que representantes dessas organizações participaram dos grandes debates públicos, as intervenções provocaram tensões.
- Pode-se afirmar que esse fato tampouco é novidade quando se pensa nas pesquisas realizadas no século passado.
- Cabe mencionar que esse movimento social não tem um caráter homogêneo.
- Nesse sentido, o fato de que algumas organizações de prostitutas se insiram no movimento de combate ao tráfico, estimuladas pelo apoio de agências transnacionais de financiamento, aparece como um ponto de tensão entre as trabalhadoras do sexo.
- E que inclua na discussão a interlocução entre o tráfico para o comércio sexual com outras formas de tráfico, como o doméstico, na medida em que ambas envolvem a participação de mulheres oriundas da América Latina.

Questão 05

Em cada uma das listas de palavras abaixo, todos os vocábulos são acentuados de acordo com a mesma regra, EXCETO:

- Tráfico – âmbito – parâmetro – décadas.
- Países – tráfico – âmbito – tolerância.
- Homogêneo – tolerância – indústria – comércio.
- Agência – comércio – cenários – tolerância.
- Prostituição – legalização – relações – interlocução.

Questão 06

A Federação Nacional das Trabalhadoras do Sexo assume uma postura de ressalva em relação à legalização, alegando que ela concederia ainda mais poder aos empresários da indústria do sexo, aumentando a vulnerabilidade das prostitutas.

Entre as informações veiculadas pelo enunciado acima reportado, há um conteúdo pressuposto sugerido por marcas linguísticas cuja formulação está **CORRETAMENTE** expressa na alternativa:

- Os empresários da indústria do sexo não têm poder sobre as prostitutas.
- Os empresários da indústria do sexo já têm algum poder sobre as prostitutas.
- Os empresários da indústria do sexo são favoráveis

à legalização da prostituição.

- Os empresários da indústria do sexo não são favoráveis à legalização da prostituição.
- Os empresários da indústria do sexo fazem parte também das associações de trabalhadoras do sexo.

Questão 07

Considerando os sentidos do texto e os objetivos do enunciador, assinale a alternativa cujo par de unidades linguísticas **NÃO** configuram elementos correferentes.

- As prostitutas – as trabalhadoras do sexo.
- O comércio sexual – a prostituição.
- O tráfico de pessoas – a prostituição.
- A descriminalização – a legalização.
- A atividade – a prostituição.

Questão 08

No texto, a abundância de verbos conjugados no presente do indicativo deve-se ao seguinte motivo:

- A autora preferiu usar essas formas linguísticas para facilitar a compreensão dos leitores leigos, que é maioria no público ao qual seu texto se dirige.
- O presente do indicativo serve para falar de verdades atemporais, isto é, que não se modificam jamais, como em “a Terra gira em torno do Sol”.
- A tipologia textual promove o emprego de formas linguísticas que atestem a veracidade dos fatos expostos.
- A autora não sabe usar outras formas linguísticas, por isso preferiu empregar formas mais simples.
- Pesquisas científicas sobre temas sociais devem sempre ser redigidas com formas linguísticas menos complexas, para que o público geral possa compreender sem maiores dificuldades.

Questão 09

Assinale a alternativa cuja asserção **NÃO** está de acordo com as informações fornecidas pelo enunciador do texto acima. Considere, para isso, os conteúdos explícitos e implícitos do texto.

- O enunciador diz que não há como afirmar que o tráfico de pessoas está diretamente ligado ao turismo sexual porque não há dados oficiais que sustentem tal afirmação.
- O enunciador alega que, devido à falta de pesquisas sobre o tráfico de crianças, não é possível estabelecer que a prostituição esteja relacionada com o tráfico de mulheres.
- Como não há dados suficientes sobre a

prostituição de mulheres latinas, não é possível afirmar, com base nos dados sobre prostituição, que o tráfico de pessoas seja uma consequência da prostituição de mulheres.

- d) A falta de dados atinentes a outros tipos de tráficos impede que se afirme que a prostituição feminina é o fenômeno causador do tráfico de mulheres.
- e) O enunciador insinua que as universidades devem incentivar mais pesquisa sobre os diferentes tipos de tráficos, inclusive o tráfico de crianças para extração de órgãos.

Questão 10

Dá-se o nome de frase clivada a um tipo de estrutura sintática em que um dos termos componentes da sentença é deslocado da sua posição típica para uma posição diferente, geralmente anterior ao verbo da oração principal, com o intuito de colocar em relevo, de focalizar, a informação que esse termo transmite, inserindo-o no interior da estrutura ser X que, em que X indica o elemento deslocado. Assinale a alternativa que apresenta uma estrutura de frase clivada.

- a) O fato é que o fenômeno do tráfico para a prostituição tem recebido muito mais atenção nas pesquisas realizadas sobre o tema do que o tráfico em outros setores.
- b) Mas é nas décadas de 1980 e 1990 que emergem os principais grupos e organizações dos direitos das prostitutas na Europa Ocidental e nos Estados Unidos.
- c) O que se percebe, então, é o clima de tolerância que existe sobre a prostituição.
- d) Evidencia-se que no contexto da prostituição feminina há relações marcadas por diferentes momentos de ruptura e continuidade, simultâneas, que têm impactos diversos.
- e) Cabe mencionar que esse movimento social não tem um caráter homogêneo.

Questão 11

Sabe-se que sentenças são orações constituídas do termo a respeito do qual se declara algo denominado sujeito e do que se declara sobre o sujeito chamado predicado. Nas afirmações abaixo verifica-se sentença no item:

- a) O atleta de vôlei.
- b) O jogador de futebol.
- c) A idade da professora.
- d) A metade de um número.
- e) Sete mais dois é igual a nove.

Questão 12

Considerando que $(A \cup B) = \{x \mid x \in A \text{ ou } x \in B\}$. Se $x \in (A \cup B)$, então, necessariamente:

- a) O elemento y está somente em B ou $A \equiv B$.
- b) O elemento x está em A, mas não está em B.
- c) O elemento x está simultaneamente em A menos B.
- d) O elemento x está no complementar de $A \cap B$.
- e) O elemento x está somente em A ou somente em B ou em $A \cap B$.

Questão 13

Admita a seguinte lista de números: 9, 16, 13, 7, 9, 9, 20, 13.

A soma da média com a mediana multiplicada com a moda é igual a:

- a) 90.
- b) 93.
- c) 103.
- d) 107.
- e) 207.

Questão 14

Sabe-se que uma série geométrica é a soma obtida pela adição dos termos de uma sequência geométrica. O valor de $1 + 3 + 9 + \dots + 3^{47} + 3^{48} + 3^{49}$ é:

- a) $(3^{49} - 1)/12$
- b) $(3^{48} - 1)/2$
- c) $(3^{50} - 1)/2$
- d) $(3^{49} - 1)/21$
- e) $(3^{50} - 1)/12$

Questão 15

Admita a seguinte operação:

$$\left(2\frac{5}{6} + 1\right) e \left(3\frac{1}{6} + \frac{5}{6}\right)$$

São, respectivamente:

- a) 3 e $3\frac{19}{24}$
- b) 3 e $27/8$
- c) 18 e $9/27$
- d) 18 e $27/9$
- e) $\frac{18}{6}$ e $\frac{27}{8}$

Questão 16

A beleza de Olinda foi sempre referida desde seu donatário Duarte Coelho, passando pelos demais funcionários portugueses e viajantes de outras nacionalidades. Já nos seus primórdios, os aspectos paisagísticos encontram-se largamente documentados. Cunhada de “formosa” pela beleza natural que propiciava do alto de suas colinas, a vila passou a ser complementada com as diversas construções empreendidas pelo homem, mais precisamente pelos representantes do Rei e da Igreja católica de Portugal. Foi essa dimensão paisagística que, segundo os rumores da história, motivou o donatário a escolher o sítio para sede da sua capitania ao exclamar: “Oh! Linda terra e outeiro para edificar uma villa!”

(MELLO, J. A. G. de. O chamado Foral de Olinda, de 1537. In: **Revista do Arquivo Público**. Recife: Arquivo Público Estadual – Governo do Estado, ano XI, n.13, dez./1974. p.19).

Considerando o fragmento acima, que se refere à História da fundação de Olinda, avalie as afirmações a seguir:

- I- Após tomar posse da capitania de Pernambuco em 1535, Duarte Coelho seguiu para o sul em busca de um lugar para se instalar. Encontrou um local estrategicamente ideal, no alto de colinas, onde existia uma pequena aldeia chamada Marim, pelos índios, instalando aí o povoado que deu origem a Olinda.
- II- Em 12 de março de 1537, Duarte Coelho enviou ao rei de Portugal, D. João III, o Foral, carta de doação que descrevia todos os lugares e benfeitorias existentes na Vila de Olinda. Nas praias, a vila foi fortificada para a defesa e do alto das colinas se expandiu em direção ao mar, ao porto e ao interior onde ficavam os engenhos de açúcar.
- III- Não se sabe o dia da fundação de Olinda; sabe-se que o povoado prosperou tanto, que em 1537, já estava elevado à categoria de vila.
- IV- Em 16 de fevereiro de 1630, os holandeses invadiram Olinda e conquistaram o Pernambuco. Tomada a cidade, os holandeses se estabeleceram no povoado e ilhas junto ao porto e fizeram de Olinda a sede de seu governo.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I, II e III.
- e) I, II e IV.

Questão 17

O Conselho de Preservação vem atuando basicamente por demanda, tendo como principal atividade a análise de projetos, não dispondo de estrutura física e operacional que lhe garanta exercer as suas competências legais previstas no artigo 2º da Lei Municipal nº 4.119/79. Outro aspecto observado foi a insuficiência da composição do Conselho, a qual não contempla a representação de agentes sociais envolvidos com a questão da preservação da Nucleação Histórica de Olinda. Vale salientar que o Conselho funciona atualmente com uma composição divergente da prevista no art. 3º da citada lei, evidenciando-se a necessidade de atualização deste instrumento legal. (Avaliação do Sistema de Preservação do Patrimônio Histórico de Olinda (Prefeitura Municipal de Olinda) - Conselheiro-Relator Fernando Correia, Pernambuco/ Recife, 2006).

De acordo com o trecho do relatório descrito acima, tem-se a preocupação com a preservação do patrimônio histórico de Olinda visto sua importância não apenas para o país, mas também para a humanidade. A respeito desse problema, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I

Foi constatada a inexistência de Fundo regulamentado para contribuir com a manutenção da sustentabilidade do Sistema de Preservação do Patrimônio Histórico. Entende-se por sustentabilidade a geração permanente de receita suficiente para garantir a conservação dos monumentos da Nucleação Histórica de Olinda.

PORQUE

II

Apesar de instituído na Lei Municipal nº. 4.119 de 1979, que juntamente criou o Conselho de Preservação e a Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, o Fundo de Preservação dos Bens Culturais de Olinda nunca foi regulamentado.

Acerca dessas asserções, assinale a alternativa CORRETA.

- a) As asserções I e II são proposições verdadeiras e a II é a justificativa correta da I.
- b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é a justificativa correta da I.

- c) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- d) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- e) As asserções I e II são proposições falsas.

Questão 18

O jardim foi concebido para resgatar os quintais típicos de Olinda, cantados por poetas e intelectuais. Nele o visitante encontra o aconchego da sombra de imensa cajazeira e de outras árvores tropicais, como também água fresca do chafariz, a fruta colhida na hora, o banco para descansar.

(REGO, Tereza Costa. Sem título. Olinda: MUREO, 1989. (Folder).).

Considerando o fragmento acima, que se refere ao Museu Regional de Olinda - MUREO, avalie as afirmações a seguir:

- I- O prédio do Museu Regional de Olinda é um solar em estilo neoclássico construído entre 1745 e 1749.
- II- No quintal foi feito um jardim com árvores tropicais, chafariz, e duas lápides tumulares do século XVII, originárias das ruínas do antigo Convento do Oratório de Santo Amaro da Água Fria.
- III- O Decreto Estadual Nº 363, de 28 de dezembro de 1934, determina a fundação em Olinda de um Museu Regional, como ação ligada às festividades do quarto centenário da chegada de Duarte Coelho Pereira à Capitania de Pernambuco.
- IV- A maior parte do acervo de objetos do museu foi selecionado e adquirido quando Tereza Costa Rego foi diretora do museu do Estado na década de 1980. Ao montar a exposição permanente, esta diretora teve como critério selecionar objetos dos séculos XVII, XVIII e XIX para acompanhar as características arquitetônicas do sobrado escolhido para a instalação do museu.

É CORRETO apenas o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

Questão 19

Uma questão interessante a notar no “Movimento colonial da América” é a maneira como Araripe situou o movimento dos Mascates, de 1710. Segundo suas perspectivas, já em 1710 havia um desejo de Independência e de República no Brasil motivado, antes de tudo, pela “comoção popular”: “De 1710, quando apareceu a primeira agitação separatista na América, até 1822, quando o Brasil proclamou a sua independência política, decorreram 112 anos, espaço dentro qual se formulou, cresceu e completou-se o pensamento autônomo das colônias americanas, e hoje a América libertada constituiu 19 repúblicas” (ARARIPE, Tristão de Alencar Araripe. “Movimento colonial da América”. Revista do IHGB, tomo 56, v.88, pt.2, pp.91-115, 1893).

De acordo com o trecho acima e considerando o pioneirismo dos olindenses, com o “Primeiro Grito da República”, em 1710, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A Marim dos Caetés também é palco de um símbolo que comprova o fervor revolucionário e a afirmação dos valores monárquicos, ou seja, favoráveis à Coroa portuguesa.
- b) O fato olindense foi proclamado pelo capitão-mor Bernardo Vieira de Melo, então vereador, que deu o primeiro grito de República do Brasil, na Câmara de Olinda.
- c) O Primeiro Grito tornou a Cidade Patrimônio mãe da República, em virtude do êxito obtido no movimento.
- d) A Guerra dos Mascates possibilitou a consolidação do domínio holandês em Pernambuco.
- e) Esse “Primeiro Grito da República” motivou um feriado na cidade todo dia 10 de janeiro.

Questão 20

As principais edificações históricas localizadas na cidade de Olinda - PE foram incendiadas na invasão holandesa no ano de 1631 e restauradas posteriormente. Estas restaurações foram feitas com materiais diversos. A área de preservação desta cidade abrange praticamente o núcleo inicial da colonização sendo cerca de 10,4 km², porém dentro desta área há um setor de 1,2 km² denominado de Polígono de Tombamento que corresponde a uma área de preservação estritamente rigorosa.

(ROCHA, E. A. **Manifestações patológicas em edificações religiosas do século XVI e XVII**: um estudo de na região do sítio histórico de Olinda- PE. Dissertação de Mestrado, Escola Politécnica da Universidade de Pernambuco, Recife, 2017).

Uma dessas edificações está localizada no Alto da Sé sendo margeada pela rua Bispo Coutinho e a Rua Ladeira da Sé. Esta edificação é localizada a aproximadamente 400 metros do litoral e suas fachadas recebem diretamente a ação deletéria da névoa salina proveniente do oceano Atlântico. Construída em 1540 como uma edificação de madeira e taipa de mão sendo reformada em alvenaria de pedra em 1578. Ao longo dos anos, foram executadas pequenas intervenções como a ampliação da nave e obras na abóbada na capela-mor até o ano de 1631, quando foi incendiada e completamente destruída pelos holandeses que haviam invadido a cidade de Olinda.

Assinale a alternativa abaixo que apresenta CORRETAMENTE esta edificação.

- a) Basílica e Mosteiro de São Bento.
- b) Catedral de São Salvador do Mundo.
- c) Igreja e Mosteiro de Nossa Senhora do Monte.
- d) Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.
- e) Igreja de São Sebastião.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 21

Nos termos do *caput* do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Assinale, dentre as opções abaixo, a alternativa CORRETA:

- a) A inviolabilidade do direito à propriedade abrange exclusivamente bens móveis registrados.
- b) A igualdade perante a lei não se aplica a situações de discriminação por orientação sexual.
- c) O direito à segurança engloba apenas medidas estatais de proteção contra a criminalidade.
- d) A inviolabilidade do direito à vida permite a aplicação da pena de morte em casos excepcionais.
- e) A liberdade de expressão pode ser limitada em situações que envolvam crimes contra a honra e os resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Questão 22

Com base no princípio inscrito no inciso XXXIX, do art. 5º, da Constituição Federal de 1988 (“não há crime sem

lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”), assinale a alternativa CORRETA:

- a) A retroatividade da lei penal mais benéfica não se aplica a condenações transitadas em julgado.
- b) Em Direito Penal, a analogia é admitida desde que sua aplicação seja favorável ao réu e haja efetiva lacuna legal a ser preenchida.
- c) A aplicação da pena de multa não depende de prévia cominação legal.
- d) Mesmo que uma nova lei defina que determinado fato não é mais criminoso, não há extinção da punibilidade do agente, pois esta nova lei não retroage e não abrange os fatos realizados até então.
- e) O princípio da insignificância aplica-se a crimes cometidos mediante violência ou grave ameaça.

Questão 23

O art. 17, da Constituição Federal de 1988, normatiza que “é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana”. Com base no citado dispositivo constitucional, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os partidos políticos podem ser criados por qualquer grupo de cidadãos, independentemente de sua orientação ideológica, desde que respeitem a soberania nacional.
- b) A fusão de partidos políticos é vedada pela Constituição, a fim de evitar a concentração excessiva de poder político.
- c) A extinção de um partido político somente pode ocorrer por decisão do Poder Judiciário, em caso de comprovada incompatibilidade com os direitos fundamentais.
- d) O regime democrático exige que os partidos políticos permitam a adesão de qualquer cidadão, sem a possibilidade de restrições baseadas em critérios ideológicos.
- e) O pluripartidarismo, previsto no art. 17, da CF/88, estabelece que o sistema político brasileiro deve ser composto por um número limitado de partidos, a fim de garantir maior estabilidade governamental.

Questão 24

Com base no art. 19, da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre a organização político-administrativa e a liberdade religiosa, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Constituição Federal permite que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estabeleçam cultos religiosos oficiais, desde que não haja subvenção financeira.

- b) Os Estados e Municípios podem embaraçar o funcionamento de igrejas, desde que justifiquem a necessidade por razões de segurança pública.
- c) É permitida a colaboração de interesse público entre entidades religiosas e os entes federativos.
- d) A restrição ao estabelecimento de relações de dependência ou aliança com entidades religiosas não se aplica a órgãos públicos que promovem eventos culturais de cunho religioso.
- e) O Poder Público pode subvencionar e manter relações de dependência com cultos religiosos caso haja concordância majoritária da população local.

Questão 25

Dentre as alternativas abaixo, assinale a que apresenta INCORRETAMENTE órgão de segurança pública, nos termos do *caput* do art. 144, da Constituição Federal de 1988:

- a) Polícia Rodoviária Federal.
- b) Polícia Ferroviária Federal.
- c) Guarda Civil Municipal.
- d) Polícias Cíveis.
- e) Polícia Federal.

Questão 26

Divide-se, a Administração Pública, em direta e indireta, com vistas à prestação de serviço público nas áreas de interesse coletivo, como saúde, educação, transporte, previdência, segurança pública e desenvolvimento econômico. Dentre as alternativas abaixo, assinale a que conceitua CORRETAMENTE a Administração Pública direta.

- a) A administração direta compreende órgãos e entidades que atuam de forma autônoma, sem qualquer subordinação ao Poder Executivo.
- b) Administração direta é o conjunto de entidades e empresas públicas que exercem atividades econômicas em nome do Estado.
- c) A administração direta é formada por autarquias, fundações e empresas estatais, responsáveis por executar as políticas públicas.
- d) A administração direta é constituída pelos órgãos relacionados aos entes da federação, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, subordinando-se ao chefe do executivo do respectivo ente.
- e) A administração direta abrange as organizações sociais e as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) que atuam em parceria com o Estado.

Questão 27

O poder de polícia é uma prerrogativa fundamental exercida pela administração pública para regular, fiscalizar e controlar as atividades particulares. Esse poder, conferido pelo ordenamento jurídico, permite que o Estado intervenha de maneira preventiva e reguladora em diversas esferas da sociedade, assegurando o equilíbrio entre os direitos individuais e as necessidades da coletividade. Dentre as alternativas abaixo, assinale a que define CORRETAMENTE o poder de polícia da administração pública:

- a) O poder de polícia é exclusivo da Polícia Federal, sendo responsável pela investigação e repressão de crimes federais.
- b) Poder de polícia é a capacidade da administração pública de fiscalizar e regulamentar as atividades particulares, visando ao bem-estar coletivo e ao interesse público.
- c) O poder de polícia é a prerrogativa dos órgãos judiciais de julgar os processos administrativos instaurados pela administração pública.
- d) Poder de polícia é a autorização dada à administração pública para intervir diretamente nas atividades privadas, visando à maximização dos lucros.
- e) O poder de polícia é restrito aos órgãos de segurança pública, permitindo-lhes o uso da força para manter a ordem e a tranquilidade.

Questão 28

O ato administrativo é uma manifestação unilateral da administração pública, pautada pela aplicação da lei e destinada a produzir efeitos jurídicos específicos no âmbito do Direito Administrativo. Esses atos representam a materialização das decisões dos órgãos e agentes públicos, possuindo caráter normativo, executório e regulamentar, como, por exemplo, a autorização. Dentre as alternativas abaixo, assinale a que define CORRETAMENTE a autorização:

- a) É o ato administrativo vinculado que consiste em exonerar alguém de dever legal, caso se encontrem presentes determinados requisitos.
- b) É o ato administrativo vinculado que faculta ao beneficiário o desfrute de situação regulada pela norma jurídica.
- c) É o ato administrativo, ampliativo de direitos, que consiste na outorga da possibilidade de prática de determinada conduta.
- d) É o ato administrativo vinculado, por meio do qual se reconhece a alguém o direito de ingressar em determinada situação jurídica.

- e) É o ato administrativo vinculado de controle de legalidade que cuida da conformação de um ato administrativo à lei, dando eficácia ao ato controlado.

Questão 29

O controle da administração pública é mecanismo de fiscalização e supervisão das atividades do Estado, garantindo que estas sejam realizadas de acordo com a legalidade, a moralidade, a eficiência e o interesse público. Trata-se de um conjunto de instrumentos e procedimentos que visam monitorar e corrigir possíveis desvios, abusos ou irregularidades cometidos pelos órgãos e agentes públicos no exercício de suas funções. Em relação às espécies de controle da administração pública, analise os casos concretos apresentados em cada alternativa e assinale a opção que aponta INCORRETAMENTE um dos meios de controle da administração pública:

- a) Dá-se o controle administrativo quando é oposto um recurso hierárquico contra autuação dirigido à chefia do setor de fiscalização.
- b) Dá-se controle legislativo quando a Comissão Parlamentar de Inquérito convoca um Ministro de Estado para prestar informações sobre assunto previamente determinado.
- c) Dá-se o controle judicial quando um cidadão, visando anular um ato administrativo lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, provoca o Poder Judiciário mediante a propositura de uma ação civil pública.
- d) Dá-se controle legislativo quando o Congresso Nacional susta a execução de contrato administrativo objeto de impugnação perante o Tribunal de Contas da União, como forma de controle financeiro sobre a administração pública.
- e) Dá-se controle judicial quando um cidadão, para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, impetra um *habeas data*.

Questão 30

O ato administrativo reveste-se de propriedades jurídicas específicas, decorrentes da supremacia do interesse público sobre o privado e apresentam características, ou atributos que o distingue das demais categorias de atos jurídicos. A respeito dos atributos do ato administrativo, conforme a mais moderna doutrina, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A imperatividade consiste no atributo que permite à Administração Pública aplicar punições aos

particulares por violação da ordem jurídica, sem necessidade de ordem judicial.

- b) A exigibilidade é o atributo que permite que a Administração Pública realize a execução material dos atos administrativos ou de dispositivos legais, usando a força física, se for preciso, para deconstituir situação violadora da ordem jurídica.
- c) A autoexecutoriedade consiste no atributo pelo qual o ato administrativo pode criar unilateralmente obrigações aos particulares, independentemente da anuência destes.
- d) A tipicidade diz respeito ao atributo segundo o qual, em situações específicas, o ato administrativo pode ser praticado à margem da lei.
- e) A presunção de legitimidade significa que o ato administrativo é considerado válido juridicamente até prova em contrário.

Questão 31

Ao versar sobre os servidores públicos municipais, a Lei Orgânica do Município de Olinda estabeleceu como sendo um direito desses servidores:

- a) Licença-prêmio de 02 (dois) meses por quinquênio de serviço prestado ao Município, na forma da lei.
- b) Conversão, em dinheiro, ao tempo de concessão, de metade da licença-prêmio, adquirida.
- c) Promoção, por merecimento e antiguidade, aleatoriamente, nos cargos organizados em carreira.
- d) O benefício da pensão, por morte do servidor público municipal, correspondente a 90% dos vencimentos ou proventos do servidor falecido.
- e) Estabilidade financeira quanto à gratificação ou comissão percebida a qualquer título por mais de 03 (três) anos ininterruptos.

Questão 32

Nos termos das disposições da Lei Orgânica do Município de Olinda acerca da segurança pública, assinale a alternativa CORRETA, dentre os perfilados a seguir.

- a) O município constituirá Guarda Municipal, força auxiliar destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, nos termos da Lei ordinária municipal.
- b) O Decreto de criação da Guarda Municipal disporá sobre direitos e deveres, com base na hierarquia e disciplina.
- c) O município constituirá Guarda Municipal, força auxiliar destinada à proteção de seus bens e instalações, excetuados os serviços, por terem natureza imaterial.
- d) O município constituirá Guarda Municipal, força auxiliar destinada à proteção de seus bens, serviços e

instalações, nos termos de Decreto do Chefe do Executivo municipal.

- e) A lei complementar de criação da Guarda Municipal disporá sobre vantagens e regime de trabalho, com base na hierarquia e disciplina.

Questão 33

Tendo como base o teor da Lei Complementar municipal nº 44/2012, que dispõe sobre o Estatuto, a organização e o funcionamento da Guarda Municipal de Olinda, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A Guarda Municipal de Olinda é uma corporação uniformizada, equipada e militarizada.
b) A regulamentação do uso de equipamentos de segurança pela Guarda Municipal de Olinda dar-se-á por meio de Lei ordinária.
c) Compete à Guarda Municipal de Olinda exercer, quando for o caso, o poder de polícia administrativa.
d) Não compete à Guarda Municipal de Olinda comunicar problemas de ordem arquitetônica.
e) Realizar, em qualquer caso, a segurança e transporte de valores, de propriedade ou sob posse do Município, está entre as competências da Guarda Municipal de Olinda.

Questão 34

Considerando-se as disposições da Lei Complementar Municipal nº 44/2012 (Estatuto da Guarda Municipal de Olinda), assinale a alternativa CORRETA dentre as listadas abaixo.

- a) É de 02 (dois) o número de supervisores de Ouvidoria, aos quais será atribuída gratificação correspondente ao valor da Função Técnica Gratificada FTG-1.
b) A Guarda Municipal de Olinda – GMO é composta por cargos organizados apenas em carreira.
c) A ascensão para as classes de inspetor e de subinspetor se dará havendo ou não a vacância dos cargos.
d) O supervisor da Ouvidoria será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.
e) As funções de corregedoria serão ocupadas por Guardas Municipais de carreira, com no mínimo 03 (três) anos de efetivo exercício.

Questão 35

No que concerne ao disposto pela Lei Complementar municipal nº 44/2012 (Estatuto da Guarda Municipal de Olinda), assinale a alternativa CORRETA.

- a) A gratificação pela jornada especial de trabalho para os guardas municipais no exercício de suas funções corresponderá a 50% dos vencimentos básicos do cargo.

- b) O ingresso na carreira de guarda municipal dar-se-á no primeiro nível do cargo de subinspetor.
c) A escala de serviço do guarda municipal no desempenho de suas funções dar-se-á de acordo com o interesse público e a conveniência do servidor.
d) Todos os guardas municipais poderão participar da jornada especial de trabalho, mediante requerimento à Secretaria à qual a Guarda Municipal esteja vinculada.
e) A gratificação de jornada especial de trabalho não integra a remuneração do guarda municipal.

Questão 36

Com base no disposto no art. 3º, do Código de Processo Penal, que trata da interpretação da lei processual penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A aplicação analógica é vedada no processo penal, uma vez que cada tipo penal deve ser interpretado estritamente conforme sua definição legal.
b) A interpretação extensiva é admitida somente para favorecer o réu, nunca para ampliar o alcance de uma norma penal.
c) O suplemento dos princípios gerais de direito permite que, em situações não previstas expressamente na lei processual penal, sejam aplicados princípios fundamentais do direito penal.
d) A aplicação analógica é cabível quando se verifica uma lacuna na lei processual penal, devendo ser utilizada apenas para situações semelhantes às expressamente reguladas.
e) A interpretação extensiva é um instrumento que permite a criação de tipos penais análogos a partir da adaptação de preceitos de outras áreas do direito.

Questão 37

Considere o seguinte caso hipotético: Um cidadão brasileiro é acusado de cometer um crime de tráfico de drogas no Brasil. Durante o processo penal, ele alega que deve ser submetido à jurisdição de um tribunal internacional, citando um tratado de cooperação internacional que dispõe sobre o julgamento de crimes transnacionais.

Com base no disposto no art. 1º, inciso, do Código de Processo Penal, que trata da aplicação do processo penal em território brasileiro, e dispondo unicamente das informações apresentadas no caso hipotético, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Ao acusado assiste razão, uma vez que o tratado de cooperação internacional prevalece sobre as normas do Código de Processo Penal.
b) Ao acusado não assiste razão, pois o Código de Processo Penal é aplicável de forma absoluta e não pode ser afastado por tratados internacionais.

- c) Ao acusado assiste razão, uma vez que as normas do tratado de cooperação internacional têm primazia sobre as regras do Código de Processo Penal.
- d) Ao acusado não assiste razão, pois os tratados de cooperação internacional não podem afastar a aplicação das normas processuais penais nacionais.
- e) Ao acusado assiste razão, pois os tratados de cooperação internacional possuem natureza de lei ordinária e, portanto, prevalecem sobre o Código de Processo Penal.

Questão 38

Considere o caso hipotético apresentado e, com base no disposto no art. 10, do Código de Processo Penal, que trata do prazo para a finalização do inquérito policial, assinale a alternativa CORRETA:

Um indivíduo é preso em flagrante por suspeita de cometer um crime de roubo. A autoridade policial instaura o inquérito policial para apurar os fatos. O prazo máximo para a conclusão do inquérito nesse caso é de:

- a) 05 dias, independentemente da situação do indiciado.
- b) 10 dias, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão.
- c) 10 dias, a partir da instauração do inquérito policial.
- d) 30 dias, independentemente da situação do indiciado.
- e) 30 dias, contados a partir da data de apresentação do indiciado à autoridade policial.

Questão 39

Um Delegado de Polícia tomou conhecimento da prática de uma infração penal cometida na sua área de competência. Com base no art. 6º, do Código de Processo Penal, assinale, dentre as opções abaixo, a alternativa que CORRETAMENTE apresenta a atribuição do Delegado, nestes casos:

- a) Realizar a prisão do suposto infrator, mesmo que não esteja em situação de flagrância, e conduzi-lo imediatamente à delegacia para interrogatório.
- b) Providenciar a apreensão de todos os objetos presentes no local do fato, mesmo que não haja relação direta com a infração, antes mesmo da liberação dos peritos.
- c) Comparecer ao local do crime, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.
- d) Realizar todas as perícias necessárias no local do crime, dispensando a atuação dos peritos criminais.
- e) Coletar apenas as provas que forem diretamente relevantes para o esclarecimento do fato, sem se preocupar com as circunstâncias.

Questão 40

Com base no disposto no art. 5º, do Código de Processo Penal, que trata do início do inquérito policial nos crimes de ação pública, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Pode ser iniciado apenas mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.
- b) Pode ser iniciado apenas a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- c) Pode ser iniciado somente mediante requisição da autoridade judiciária.
- d) Pode ser iniciado também de ofício, mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- e) Pode ser iniciado apenas mediante requerimento do Ministério Público.

Questão 41

Em relação às qualificadoras do homicídio previstas no art. 121, § 2º, do Código Penal Brasileiro, assinale, dentre as opções abaixo, qual alternativa NÃO se enquadra nas hipóteses de homicídio qualificado:

- a) Homicídio cometido por motivo fútil.
- b) Homicídio cometido com emprego de veneno.
- c) Homicídio cometido por motivo de legítima defesa.
- d) Homicídio cometido à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação.
- e) Homicídio cometido mediante paga ou promessa de recompensa.

Questão 42

Considere o caso hipotético: João, munido de arma de fogo e utilizando-se de violência, decidiu, em um determinado dia, abordar alguma pessoa para roubar. Dirigindo-se a uma parada de ônibus, visualizou Joaquim, mas desistiu de seu intento, por perceber que Maria, também presente no local, poderia ser uma vítima mais frágil. Maria resistiu ao anúncio do assalto, tendo João efetuado um disparo intencional que ceifou a vida de Maria imediatamente. No caso apresentado, e com base nas informações nele constantes, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A conduta de João será qualificada pelo previsto no § 2º-A, do art. 121, do Código Penal Brasileiro, que trata do feminicídio, uma vez que a vítima é uma mulher.
- b) A conduta de João qualifica-se como roubo seguido de morte, nos termos do art. 157, § 3º, II, do Código Penal Brasileiro, uma vez que a intenção de João foi a de tomar o objeto de Maria mediante uso de violência ou ameaça, não de lhe tirar a vida.

- c) A conduta de João será qualificada apenas por homicídio culposo, uma vez que o disparo foi involuntário e não intencional.
- d) A conduta de João não será qualificada como roubo seguido de morte, pois o crime de roubo, em virtude da morte de Maria, não se consumou e nem ocorreu em razão do roubo, mas da reação de Maria à ação de João.
- e) Se condenado pelo crime de roubo qualificado pela morte, João poderá cumprir pena de reclusão de 07 a 18 anos, e multa.

Questão 43

Com base nas definições de furto e roubo presentes no Código Penal Brasileiro, assinale a alternativa CORRETA que diferencia esses dois tipos de crimes:

- a) No furto, a subtração da coisa alheia móvel ocorre sem o recurso, pelo agente, de grave ameaça ou violência à pessoa da vítima, enquanto no roubo, a subtração é feita mediante grave ameaça ou violência à pessoa.
- b) No furto, a subtração da coisa alheia móvel ocorre mediante grave ameaça ou violência à pessoa, enquanto no roubo, a subtração é feita sem grave ameaça ou violência à pessoa da vítima.
- c) Tanto no furto quanto no roubo, a subtração da coisa alheia móvel ocorre sem a necessidade de qualquer meio que impossibilite a resistência da pessoa da vítima.
- d) O furto e o roubo são termos intercambiáveis, pois ambos se referem à subtração de coisa alheia móvel.
- e) No furto, a subtração da coisa alheia móvel ocorre após reduzi-la à impossibilidade de resistência da vítima, enquanto no roubo, não se estabelece esta possibilidade.

Questão 44

O *caput* do art. 213, do Código Penal Brasileiro, tipifica a conduta do crime de estupro. Com base na definição legal, assinale, dentre as alternativas abaixo, a que NÃO caracteriza o crime de estupro:

- a) Constranger alguém, mediante violência, a ter conjunção carnal.
- b) Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a induzir terceiros à prática de ato libidinoso.
- c) Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso diverso da conjunção carnal.
- d) Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique conjunção carnal.

- e) Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ato libidinoso.

Questão 45

O crime de peculato está definido no art. 312 do Código Penal Brasileiro, e ocorre quando o funcionário público se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desvia esses bens, em proveito próprio ou alheio. Considere as situações hipotéticas abaixo e assinale a que tipifica CORRETAMENTE o crime de peculato:

- a) José, um funcionário de cartório, pede dinheiro para expedir certidão com teor diferente do que seria o correto.
- b) Rubens, policial, recebe determinado valor em dinheiro de Joaquim, para que não seja formalizado o flagrante de um crime.
- c) Maria, investigadora de polícia, exigiu de um traficante o pagamento de R\$ 50.000,00, dele tendo recebido, a fim de que evitasse o indiciamento dele em inquérito policial.
- d) Rafael, um servidor de um órgão público, desvia parte do dinheiro arrecadado com taxas de serviços para sua conta bancária pessoal.
- e) Rodolfo, chefe de uma repartição pública, tomou conhecimento de uma falta funcional praticada por Marta, também funcionária pública, sob sua supervisão e subordinação. Contudo, deixou de adotar as providências cabíveis e de responsabilizá-la, pois soube que ela é mãe de quatro filhos e que precisa continuar exercendo suas funções sem mácula na ficha funcional.

Questão 46

Considere o seguinte caso hipotético:

Maria, uma mulher de 25 anos, estava grávida e passou por um parto complicado, que resultou em diversos problemas de saúde tanto para ela quanto para a recém-nascida, que nasceu prematura e com complicações respiratórias. Devido à falta de acompanhamento médico adequado durante a gravidez, Maria estava sobrecarregada emocionalmente e fisicamente. Após o parto, Maria foi diagnosticada com depressão pós-parto, o que a deixou em um estado emocional extremamente fragilizado. Ela estava lutando para cuidar de sua filha, que necessitava de cuidados médicos intensivos, e sentia-se culpada por não ter tido um acompanhamento médico adequado durante a gestação. Em um momento de desespero, Maria, ainda sob a influência de sua depressão pós-parto, entrou no quarto do hospital onde sua filha estava internada e, sem pensar claramente nas consequências, sufocou-a com um travesseiro. Esse ato

foi realizado sem premeditação e sem a intenção consciente de matar sua filha. Após cometer o ato, Maria entrou em choque e relatou o que havia acontecido às enfermeiras do hospital. Ela foi detida pela equipe de segurança do hospital e a polícia foi chamada para investigar o caso. Durante o interrogatório, Maria demonstrou remorso e afirmou que agiu impulsivamente devido à sua condição emocional e mental fragilizada.

Assinale, dentre as alternativas abaixo, a alternativa que define CORRETAMENTE o crime praticado por Maria:

- a) Aborto.
- b) Infanticídio.
- c) Homicídio.
- d) Feminicídio.
- e) Homicídio qualificado.

Questão 47

A legislação penal brasileira pune com pena de 01 a 03 anos o crime de aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento, podendo chegar a 10 anos, quando provocado por terceiro, sem o consentimento da gestante. Assinale a alternativa, dentre as abaixo elencadas, que NÃO está entre as hipóteses em que o aborto não é punível, conforme o art. 128, do Código Penal Brasileiro.

- a) Quando não há outro meio de salvar a vida da gestante.
- b) Quando a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.
- c) Quando o médico considera que o estado de saúde da gestante está em risco.
- d) Quando a gravidez é resultado de um estupro e a gestante não tem capacidade de dar consentimento.
- e) Todas as opções mencionadas estão previstas como hipóteses de aborto não punível.

Questão 48

Considere o caso hipotético abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que descreve CORRETAMENTE o crime praticado por Pedro:

João e Pedro eram vizinhos que frequentemente tinham discussões acaloradas devido a diferenças pessoais. Em um dia, a discussão entre eles se intensificou a ponto de ambos se agredirem fisicamente. Durante a briga, Pedro, enfurecido, pegou um pedaço de madeira que estava próximo e atingiu violentamente a perna de João com força excessiva. O impacto do golpe foi tão intenso que causou uma fratura exposta na perna de João. Ele caiu no chão imediatamente, sentindo uma dor intensa e perdendo bastante sangue devido à fratura. Os vizinhos que testemunharam a briga rapidamente chamaram uma ambulância, que levou João ao hospital. No hospital, os

médicos constataram a gravidade da lesão, realizando exames que indicaram a necessidade de cirurgia para corrigir a fratura. Durante a cirurgia, foi preciso fixar a fratura com placas e pinos, e João teve que permanecer internado por 60 (sessenta) dias para recuperação.

- a) Pedro cometeu o crime de lesão corporal.
- b) Pedro cometeu o crime de lesão corporal de natureza grave.
- c) Pedro cometeu o crime de homicídio na forma tentada.
- d) Pedro não cometeu nenhum crime, pois o fato teve por motivação discussão em que João também esteve envolvido.
- e) A conduta de Pedro é atípica.

Questão 49

Ana e Rafael trabalham juntos no Município de Atenas, como Guardas Civis Municipais. Eles sempre tiveram uma relação profissional cordial, mas nos últimos meses, Ana percebeu que Rafael estava tendo um desempenho abaixo do esperado em suas tarefas. Certo dia, durante uma reunião com a equipe, Ana não conseguiu se conter e, diante de todos os colegas, afirmou que havia ouvido rumores de que Rafael estava desviando recursos do órgão para benefício próprio. Ana fez essa afirmação de forma categórica, sem apresentar nenhuma prova concreta para respaldar suas palavras. Rafael ficou extremamente constrangido e sentiu sua reputação abalada diante de seus colegas e superiores. Além disso, a informação não era verdadeira; Rafael nunca havia se envolvido em qualquer atividade ilícita ou desvio de recursos. Após a reunião, alguns colegas comentaram sobre o que Ana havia dito e a notícia rapidamente se espalhou. Rafael se sentiu humilhado e prejudicado em sua imagem profissional. Ele procurou um advogado e decidiu tomar medidas legais contra Ana, alegando que ela havia cometido crime ao acusá-lo falsamente perante seus colegas e superiores. No processo criminal, Rafael apresentou testemunhas que atestaram sua conduta profissional íntegra e que confirmaram que a acusação de desvio de recursos era completamente infundada. Ana, por sua vez, tentou justificar suas palavras dizendo que estava apenas compartilhando os “rumores” que havia ouvido, sem intenção de prejudicar Rafael. O juiz considerou que Ana agiu com dolo, ou seja, com a intenção de imputar a Rafael uma conduta criminosa que ela sabia ser falsa. A falta de provas e a divulgação pública da acusação prejudicaram a reputação de Rafael, afetando negativamente sua carreira profissional e sua imagem. Ana foi condenada, além de ser obrigada a retratar-se publicamente, restaurando a reputação de Rafael. Dentre as alternativas abaixo, assinale a que

descreve CORRETAMENTE o crime praticado por Ana:

- a) Calúnia.
- b) Difamação.
- c) Injúria.
- d) Constrangimento ilegal.
- e) Perseguição.

Questão 50

Considere o seguinte caso hipotético e, na sequência, responda ao que se pede.

Maria e André tiveram um relacionamento amoroso que terminou de forma conturbada. Maria não conseguiu superar o término e desenvolveu sentimentos obsessivos por André. Ela começou a monitorar suas redes sociais, a segui-lo de perto em locais públicos e a enviar mensagens constantes, mesmo após ele ter deixado claro que desejava manter distância. Maria também passou a enviar mensagens ameaçadoras para André, dizendo que se ele não voltasse para ela, ela faria coisas terríveis contra ele e sua família. Além disso, ela começou a difamar André nas redes sociais, espalhando informações falsas sobre sua vida pessoal e profissional. André ficou extremamente preocupado e amedrontado com o comportamento obsessivo e ameaçador de Maria. Ele procurou a polícia e registrou queixa contra ela, apresentando como prova as mensagens ameaçadoras e o monitoramento constante. Durante as investigações, ficou evidente que Maria estava agindo de forma deliberada para perturbar a paz de André, causando-lhe medo e angústia. As mensagens ameaçadoras e difamatórias demonstraram a intenção de causar dano emocional e psicológico a André.

É CORRETO afirmar que Maria praticou o crime de:

- a) Constrangimento ilegal.
- b) Ameaça.
- c) Perseguição.
- d) Injúria.
- e) Difamação.

Questão 51

No contexto da intitulada Lei do Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), assinale a alternativa CORRETA dentre as abaixo expostas.

- a) As condutas descritas nesta Lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente, com ou sem a finalidade específica de prejudicar outrem.
- b) É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, desde que servidor, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes.
- c) Reputa-se agente público, para os efeitos da Lei citada, todo aquele que exerce, desde que

permanente e com remuneração, emprego ou função pública.

- d) Os crimes previstos na referida Lei são de ação penal pública condicionada.
- e) Será admitida ação penal privada, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa.

Questão 52

Segundo a intitulada Lei do Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), decretar a condução coercitiva de testemunha ou investigado manifestamente descabida ou sem prévia intimação de comparecimento ao juízo é crime, com pena prevista de:

- a) Detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
- b) Reclusão, de 1 (um) a 5 (quatro) anos.
- c) Detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.
- d) Reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, sem prejuízo da pena cominada à violência.
- e) Detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

Questão 53

De acordo com os dizeres da Lei do Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019) sobre os efeitos da condenação e das penas, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Entre os efeitos da condenação, encontra-se a inabilitação para o exercício de cargo público por até 8 (oito) anos.
- b) As penas restritivas de direitos podem ser aplicadas apenas de forma autônoma.
- c) A prestação de serviços a entidades públicas é uma das penas restritivas de direitos prevista na lei em referência.
- d) A sanção de perda do cargo público independe da reincidência em crime de abuso de autoridade.
- e) A pena de suspensão do exercício do cargo dar-se-á sem a perda dos vencimentos e das vantagens.

Questão 54

Considerando-se o expressamente disposto na Lei nº 9.455/1997, que define os crimes de tortura e dá outras providências, assinale a alternativa CORRETA dentre as exibidas a seguir.

- a) O crime de tortura é inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia.
- b) A condenação acarretará a perda inclusive do emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.
- c) O disposto na Lei em apreço aplica-se apenas quando o crime tenha sido cometido em território nacional.
- d) O condenado por crime previsto na Lei referida deverá iniciar sempre o cumprimento da pena em regime fechado.

- e) Aquele que se omite em face das condutas descritas na Lei em comento, quando tinha apenas o dever de apurá-las, não incorre em qualquer pena.

Questão 55

Atentando-se ao previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990) a respeito de crimes, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Aos crimes cometidos contra a criança e o adolescente, a depender da pena prevista, aplica-se a Lei nº 9.099/1995.
- b) Nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, admite-se a aplicação de pena prestação pecuniária.
- c) Os crimes definidos na Lei citada são de ação privada incondicionada.
- d) Não comete crime quem apenas armazena fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena pornográfica envolvendo criança ou adolescente.
- e) Apenas deixar o encarregado de serviço de atenção à saúde de gestante de manter registro das atividades desenvolvidas constitui conduta criminosa.

Questão 56

Segundo o disposto no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), NÃO compete ao Sistema Nacional de Armas (Sinarm):

- a) Identificar as modificações que alterem o funcionamento de arma de fogo.
- b) Registrar as armas de fogo, identificando a propriedade destas.
- c) Cadastrar os armeiros em atividade no País.
- d) Integrar no cadastro os acervos policiais já existentes.
- e) Cadastrar as apreensões de armas de fogo.

Questão 57

Consoante as previsões do Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), assinale a alternativa CORRETA entre as perfiladas abaixo.

- a) Aos integrantes das guardas municipais dos Municípios que integram regiões metropolitanas será autorizado porte de arma de fogo, quando em serviço ou não.
- b) A autorização para o porte de arma de fogo das guardas municipais é incondicional.
- c) Os agentes, operacionais ou não, da Agência Brasileira de Inteligência podem portar arma de fogo em todo o território nacional.
- d) A autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido é de competência da Polícia Federal, mas somente será concedida após autorização do Sinarm.

- e) É permitido o porte de arma de fogo apenas para os integrantes das guardas municipais das capitais dos Estados com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes.

Questão 58

Tendo como referência os apontamentos trazidos pelo Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), assinale a alternativa na qual consta prestação de serviço NÃO sujeita à cobrança de taxa.

- a) Expedição de segunda via de porte federal de arma de fogo.
- b) Cadastro de armeiro em atividade no País.
- c) Renovação de porte de arma de fogo.
- d) Expedição de segunda via de registro de arma de fogo.
- e) Renovação de registro de arma de fogo.

Questão 59

Conforme o teor da chamada Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006) acerca das internações voluntária e involuntária do dependente de drogas, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A internação involuntária deve ser realizada após a formalização da decisão por profissional da saúde ou da segurança pública.
- b) Todas as internações e altas de que trata a Lei referida deverão ser informadas ao Ministério Público em, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas.
- c) A internação, inclusive a voluntária, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.
- d) A internação involuntária perdurará por, no máximo, 120 (cento e vinte) dias.
- e) A internação voluntária terá seu término determinado apenas pelo médico responsável.

Questão 60

Considerando-se o expresso pelo Estatuto Federal das Guardas Civis Municipais (Lei nº 13.022/2014), assinale a alternativa na qual NÃO figura um dos princípios mínimos de atuação das Guardas Municipais.

- a) Compromisso com a evolução social.
- b) Redução do sofrimento.
- c) Diminuição das perdas.
- d) Uso progressivo da força.
- e) Patrulhamento ostensivo.

DISCURSIVA

Por uma renovada ética no serviço público brasileiro

Apesar de o Brasil ter iniciado o processo de profissionalização do serviço público em 1937, em período autoritário, e a Constituição democrática de 1988 ter estabelecido a obrigatoriedade do concurso, a estabilidade e o Regime Jurídico Único, tal ethos não se consolidou em todas as carreiras e organizações do setor público. Vários estudos mostram associação direta entre as características do profissionalismo, impessoalidade e imparcialidade do serviço civil e o crescimento econômico, a qualidade dos bens públicos, o combate à corrupção e a estabilidade democrática. Carreiras públicas estruturadas, estabilidade funcional, salários competitivos, promoções relacionadas ao mérito e sistemas de responsabilização se mostram condições *sine qua non* para estes resultados. As pesquisas também mostram que o contrário é verdadeiro: o esvaziamento do estado e os resultados insatisfatórios de reformas administrativas malconduzidas pode comprometer o crescimento econômico, a qualidade dos serviços e a estabilidade democrática.

Fonte: www.estadao.com.br/politica/gestao-politica-e-sociedade/por-uma-renovada-etica-no-servico-publico-brasileiro.

Elabore um texto dissertativo-argumentativo em que se discuta, “***Por uma renovada ética no serviço público brasileiro***”.

QUESTÃO 01

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	